

IF BAIANO - CAMPUS BOM JESUS DA LAPA

Estudo Técnico Preliminar 13/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23328.251208.2026-45

2. Descrição da necessidade

A contratação de fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, no regime de comodato, para o Refeitório do IF Baiano - Campus Bom Jesus da Lapa é uma medida essencial para garantir a continuidade dos serviços de alimentação fornecidos pela instituição. Com a preparação de refeições diárias, distribuídas entre lanches, almoço e jantar, o abastecimento de GLP é indispensável para o funcionamento das atividades do refeitório, que atende os estudantes dos cursos técnico integrado e superior. Assim, a eficiência na preparação dos alimentos e a garantia de condições adequadas de operação do refeitório impactam diretamente no bem-estar dos estudantes.

O fornecimento contínuo de refeições balanceadas e adequadas é um componente vital para a saúde e o desempenho acadêmico dos estudantes. A falta de GLP pode comprometer a capacidade de oferecer alimentação em tempo hábil e de qualidade, resultando em prejuízos ao estado nutricional dos estudantes, que dependem integralmente das refeições fornecidas pela instituição. O comprometimento dessa função pode gerar impactos negativos tanto na saúde física quanto no desempenho educacional, já que a alimentação é um dos pilares do bem-estar dos estudantes.

Além disso, a aquisição por meio de regime de comodato para o armazenamento de GLP busca uma solução eficiente, uma vez que a instalação do sistema de fornecimento e os equipamentos necessários seriam de responsabilidade do fornecedor, trazendo benefícios econômicos e operacionais à instituição.

Isso reduz a necessidade de investimentos iniciais em infraestrutura, garantindo a segurança e a confiabilidade no abastecimento contínuo do insumo. A contratação, portanto, atende ao interesse público ao assegurar a manutenção dos serviços essenciais da cozinha, contribuindo para a saúde e o desenvolvimento dos estudantes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	LUCIANA VIANA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Eventual aquisição de fornecimento de GLP – Gás Liquefeito de Petróleo, a granel, no regime de comodato para atender as necessidade do Refeitório do IF Baiano - Campus Bom Jesus da Lapa

- Condições de entrega: A empresa fornecedora deverá disponibilizar, em comodato, 4 tanques (botijões), com capacidade para 145 kg de GLP, durante o tempo de vigência do contrato. Os recipientes deverão ser instalados pela empresa fornecedora em edificações apropriadas já existentes nas proximidades do refeitório, sem qualquer ônus para o IF Baiano, de acordo com as seguintes especificações: GLP para consumo dos equipamentos de produção de refeições; no abrigo existente, instalar 4 (quatro) tanques B-145. A licitante homologada poderá vistoriar, através de técnico especializado, todos os pontos de utilização do gás a granel e, antes do primeiro fornecimento;
- O material deverá ser entregue no Setor de Refeitório do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa. As entregas regulares deverão ocorrer com periodicidade prevista em cronograma/pedido, em data e hora a serem acordadas com o IF Baiano. Entregas extraordinárias poderão ser solicitadas e o tempo entre o

encaminhamento do pedido e a efetiva recarga não deverá exceder 48 horas. Esses requisitos garantem que a contratação atenda às necessidades do campus Bom Jesus da Lapa, assegurando a qualidade e a continuidade dos serviços de alimentação oferecidos aos alunos.

- O prazo somente poderá ser prorrogado mediante solicitação por escrito da Contratada, devidamente aceita pela Contratante, e nos seguintes casos:
- Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere, fundamentalmente, as condições da entrega dos itens;
- Impedimento de execução das entregas por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- A omissão ou atraso da entrega ficará a cargo da Contratada, inclusive quanto aos pagamentos do frete, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
- Os produtos a serem entregues deverão estar cheios, lacrados e sem nenhum tipo de violação ao lacre e deverão estar em conformidade com as especificações mínimas constantes em termo de referência,
- respeitando os critérios de segurança, acessibilidade, sustentabilidade, bem como atender a todas as disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores.
- Não serão aceitos quaisquer materiais, que apresentem mau estado de conservação, amassados ou com seus lacres violados ou qualquer outra característica que ofereçam risco na sua utilização.
- O contratado se obriga a executar a entrega dos materiais de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, local e quantidade determinados pelo IF Baiano, de acordo com suas necessidades, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.
- Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias pela Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- O fornecedor deve possuir o Certificado de Autorização de Posto de Revendedor de GLP, emitido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), conforme Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016 e suas alterações vigentes;
- O fornecedor deverá apresentar declaração de que conhece a legislação aplicada à gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação.
- A contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, Decreto nº 9.177, de 2017 (Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.) - Decreto nº 7.404/2010 (Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010) - Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013 (Regulamentar o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelecer sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTFAIDA), e definir os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.
- Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

Justificativa para não exigência de garantia de execução contratual no Pregão nº 90009/2026.

Segundo descrição do artigo 96, da Lei 14.133/21, in verbis:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará obrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

Deste modo, conforme se observa do artigo acima descrito, a garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, o que não é o caso dos autos.

O objeto do presente pregão é para aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo para atender ao IF Baiano - Campus Bom Jesus da Lapa, e desta feita, pode-se concluir pela inexistência de riscos consideráveis à Administração que importem na exigência de uma garantia contratual.

Ademais, por se tratar de Pregão Eletrônico, compra direta, sem obrigações estruturadas por parte da contratada, exceto aquelas já garantidas pelo código do consumidor, não havendo obrigatoriedade de contratação, a exigência de garantia pode aumentar os custos e a complexidade da contratação, além de gerar burocracia adicional, o que nesse caso será mais vantajosa a dispensa da garantia.

Justificativa para Adoção do IPCA como Índice de Reajustamento

Optou-se pela adoção do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo como índice de reajustamento do contrato, por se tratar do índice oficial de inflação do país, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), amplamente utilizado pela Administração Pública em contratações de fornecimento contínuo e aquisições em geral.

A escolha do índice observa os princípios da razoabilidade, segurança jurídica e previsibilidade contratual, proporcionando mecanismo adequado para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo de sua execução.

Além disso, o IPCA apresenta ampla divulgação, transparência metodológica e estabilidade técnica, permitindo acompanhamento objetivo pela Administração e pela contratada, reduzindo riscos de controvérsias quanto à aplicação do reajuste.

Embora o objeto esteja relacionado ao fornecimento de combustível, verificou-se que a adoção de índices setoriais específicos poderia ocasionar elevada volatilidade contratual, comprometendo a previsibilidade orçamentária e a estabilidade da contratação. Nesse contexto, o IPCA mostra-se mais adequado ao interesse público, por refletir a variação inflacionária geral da economia sem provocar oscilações excessivas nos valores contratados.

Dessa forma, conclui-se que a utilização do IPCA atende aos princípios da economicidade, eficiência e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Justificativa para dispensa de exigência de qualificação técnica no Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/2026

O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que “o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. Já o art. 70, inciso III estabelece que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas nos casos especificados no item da lista de verificação. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

Do mesmo modo, a Lei 14133/21 não prevê apresentação de atestados para comprovação de qualificação técnica no caso de compras. A exigência aqui somente tem cabimento quando houver alguma atividade envolvida com o fornecimento do bem que

justifique esse cuidado. É o caso, por exemplo, de uma logística complexa para entrega de bens em todo território nacional e cuja falta possa acarretar sérios danos à saúde das pessoas. Também pode ser citado como exemplo a montagem e a instalação de equipamentos sofisticados, que exige conhecimento especializado.

Nesse sentido, no caso concreto, considerando os normativos informados, não será exigida apresentação de atestados de qualificação técnica.

Justificativa para exigência de qualificação econômica no Edital do Pregão

Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), cuja Ata terá vigência de 12(doze) meses, faz-se indispensável a manutenção das exigências de habilitação econômico-financeira dispostas neste edital.

Ainda que as futuras contratações/retiradas possam ocorrer mediante instrumentos substitutivos do contrato (como nota de empenho), a natureza jurídica do registro de preços impõe um compromisso de fornecimento contínuo e imprevisível ao longo do tempo.

O fornecedor registrado deve possuir saúde financeira robusta para absorver as flutuações de demanda da Administração Pública e assegurar a execução integral do objeto durante toda a vigência da Ata, justificando-se a aplicação das regras do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 em detrimento da dispensa genérica por suposta pronta entrega."

5. Levantamento de Mercado

Alternativa	Características	Vantagens	Desvantagens
GLP em botijões /cilindros transportáveis (P45/P190)	Fornecimento mediante troca periódica de recipientes transportáveis	Baixo custo inicial; fácil contratação; dispensa tanque fixo; adequada para baixo consumo	Necessidade de trocas frequentes; maior risco operacional por manuseio constante; menor autonomia; necessidade de espaço para armazenamento; logística mais frequente
GLP a granel com tanque estacionário em comodato	Instalação de tanque fixo abastecido periodicamente por caminhão-tanque	Maior autonomia; redução de interrupções; melhor custo-benefício para consumo elevado; maior segurança operacional; menor necessidade de manuseio; abastecimento programado	Necessidade de área técnica adequada; exige instalação conforme normas técnicas; dependência de fornecedor especializado; eventual necessidade de adequação da central de gás
Gás natural encanado (GN)	Fornecimento contínuo por rede canalizada da concessionária local	Fornecimento contínuo; dispensa armazenamento local; menor necessidade logística; menor ocupação de espaço	Dependência de disponibilidade de rede na região; alto custo de adequação inicial; menor flexibilidade; eventual indisponibilidade em municípios sem rede de distribuição
Equipamentos elétricos industriais	Substituição de fogões e equipamentos a gás por equipamentos elétricos	Redução do armazenamento de combustível inflamável; menor emissão local; possibilidade de integração com políticas sustentáveis	Elevado consumo de energia elétrica; necessidade de reforço da rede elétrica; alto custo de aquisição e adaptação; maior impacto financeiro operacional em cozinhas industriais

Análise e justificativa técnica da solução escolhida

A presente contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para atendimento das demandas do refeitório do campus, unidade responsável pela preparação diária de refeições destinadas à comunidade acadêmica.

Durante a fase de levantamento de mercado, foram analisadas as alternativas disponíveis para suprimento energético da cozinha institucional, incluindo fornecimento de GLP em recipientes transportáveis, GLP a granel, gás natural canalizado e utilização de equipamentos elétricos industriais.

Após análise técnica e operacional, verificou-se que a aquisição de GLP constitui a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, considerando os seguintes aspectos:

- compatibilidade com a infraestrutura atualmente existente no campus;
- viabilidade operacional para preparo contínuo das refeições;
- ampla disponibilidade do produto no mercado regional;
- existência de múltiplos fornecedores aptos ao atendimento da demanda;
- facilidade logística de abastecimento;
- maior confiabilidade no fornecimento energético para cozinha industrial;
- melhor relação custo-benefício em comparação às demais alternativas analisadas.

A alternativa de utilização de gás natural canalizado mostrou-se inviável em razão da inexistência de rede de distribuição disponível na localidade do campus. Já a substituição integral por equipamentos elétricos industriais demandaria elevados investimentos em adequações estruturais e reforço da rede elétrica, além de potencial aumento dos custos operacionais da unidade.

Adicionalmente, a utilização de GLP é solução amplamente adotada em cozinhas industriais e refeitórios institucionais, apresentando eficiência energética, segurança operacional quando observadas as normas técnicas aplicáveis e adequada capacidade de atendimento à demanda contínua de preparo de alimentos.

Ressalta-se ainda que o fornecimento do objeto deverá observar as normas de segurança da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e demais regulamentações técnicas pertinentes, garantindo condições adequadas de armazenamento, transporte e utilização do combustível.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida atende aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, mostrando-se tecnicamente adequada e suficiente para suprir as necessidades do refeitório do campus.

6. Descrição da solução como um todo

Com base no estudo das opções disponíveis e que atendam às necessidades dos setores requisitantes, e levando em consideração a viabilidade econômica e técnica, a solução adotada será a aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP) envasado em botijões de 13 Kg (P13) e cilindros de 45 Kg (P45), a base de troca, para atender a demanda do Instituto Federal Baiano - Campus Bom Jesus da Lapa.

A aquisição do GLP se dará por troca do vasilhame vazio por outro cheio de GLP, conforme prática habitual desse mercado.

A entrega dos produtos deve ser de forma parcelada, no Setor de Refeitório do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa, no prazo de 10 (dezenze) dias após a solicitação, na quantidade definida pela Contratante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- A estimativa de quantitativo de itens do Pregão nº 90009/2026 foi realizada com base no histórico de consumo do ano anterior, e realizada através do Processo 23328.251413.2024-49: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) PARA O IF BAIANO - CAMPUS BOM JESUS DA LAPA., em que foram realizados diversos empenhos (2024 NE 91, 2024 NE 168, 2024 NE 169, 2025 NE 16) e PREGÃO ELETRÔNICO nº 90012/2025 - AQUISIÇÃO DE GÁS DE LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA IF BAIANO - CAMPUS BOM JESUS DA LAPA do 23328.251503.2025-11, com a quantidade de itens próxima a registrada na Ata de Registro de Preços do referido processo.

- Além disso, a quantidade estimada leva em consideração, também, o consumo médio mensal, o aumento no número de alunos e o período de fornecimento para atendimento da demanda.

- Nesse sentido, considerando tal variação, na estimativa do quantitativo também levou-se em conta a possibilidade de realização do Pregão Eletrônico via SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), uma vez que a contratação se enquadra nos incisos I, II e V do artigo 3º do Decreto 11.462/2023, por:

I - pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - ser conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

V - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Diante disso, conclui-se que a definição de quantitativos considerou o histórico de consumo da Instituição, as necessidades diárias que vão sendo identificadas e a perspectiva de aquisição.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 41.689,70

Quanto à pesquisa de preços referentes aos materiais solicitados através do processo 23328.251369.2025-58, e de acordo com as orientações da Instrução Normativa Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, realizou-se, prioritariamente, pesquisa de preços com base no inciso I. Esta parte solicitante analisou a viabilidade destes com o preço de mercado, utilizando o dispositivo internet e pesquisas de preços realizadas por outras entidades, para comparar os preços cotados com o que de fato é cobrado pelo produto na atualidade, com a finalidade de chegar a um preço exequível, e assim gerar uma maior competitividade no certame.

Com base na pesquisa de mercado realizada, alguns valores foram considerados inexequíveis, e inconsistentes, bem como estavam vinculados a objetos com características e quantitativos diversos da presente contratação, de modo que a Administração procedeu a exclusão de tais valores, com a finalidade de utilizar somente aqueles que possuíam as características similares às dos itens a serem licitados.

Os critérios utilizados para a exclusão estão descritos abaixo:

locais de entrega - levou-se em consideração a proximidade geográfica, que pode impactar no preço dos produtos. Os custos para entrega podem aumentar ou diminuir dependendo da localização.

quantidade contratada - excluiu-se preços baseados em quantitativos diferentes do estimado na presente licitação.

em alguns casos, apesar de selecionar até o prazo de 12 meses, apareciam preços acima desse período, de modo que a exclusão foi realizada.

Desse modo, com base nos preços praticados no mercado e considerando os critérios apresentados acima, os preços muito acima ou muito abaixo foram considerados inexequíveis ou superfaturados.

Ademais, em conformidade ao disposto no Art. 6º, foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado, mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, incidente sobre um conjunto de três preços, oriundos do parâmetro de que trata o inciso I do art. 5º, e conforme Mapa Comparativo anexo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justificativa para a divisão em um lote/grupo:

Conforme entendimento constante na Súmula 247 do TCU, em que exista inviabilidade técnica para realização dos projetos individualmente, prejuízo para o conjunto do serviço ou perda da economia de escala (ou seja, se o serviço dividido for mais oneroso para o Erário), deverá ser apresentada a devida justificativa, o que ocorre neste presente processo (PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 90012/2025). No entanto, sem prejudicar o ganho da AQUISIÇÃO em escala no fornecimento dos materiais, bem como facilitar e otimizar a gestão dos produtos, garantia na FORNECIMENTO em conjunto, razão primordial da realização das compras conjuntas, optou-se pela adoção deste certame em LOTE, sempre em respeito a mais ampla competição e conforme previsto na Lei 14.133/2021.

Além de que, ao considerar a natureza similar/dependência do item ora demandado, e com a finalidade de propiciar uma melhor sistemática de controle e fiscalização para execução da atividade-fim pretendida, reduzindo recursos e assim minimizando os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de expor a riscos a qualidade do produto, haverá o agrupamento em lote, e consequentemente será utilizado como critério de julgamento o valor global por grupo. Ademais, otimizar uma maior competitividade dos fornecedores na participação do certame, tendo em vista a oscilação dos preços dos itens citados no mercado.

Portanto, a separação do item objeto desta licitação acarretaria num custo maior à administração no que se refere à contratação de uma empresa em vez de duas, o que não respeitaria o princípio de economicidade. Assim buscamos sempre uma solução mais vantajosa para a administração, tomando medidas para evitar comprometimento do resultado, considerando que o objetivo máximo da contratação é o atendimento de uma necessidade da administração da forma mais eficiente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não será necessária contratação correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10724903000179-0-000003/2026

II) Data de publicação no PNCP: 22/04/2025

III) Id do item no PCA: 331 e 332

VI) Classe/Grupo: 6830 - GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS

V) Identificador da Futura Contratação: 151889-2/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Essa contratação busca maior economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, além de atender a necessidade de produção e oferta de refeições que por sua vez, contribui para a continuidade do alunado na Instituição.

13. Providências a serem Adotadas

Diante da infraestrutura das instalações e da estrutura organizacional do Campus Bom Jesus da Lapa, não haverá necessidade de se tomar providências para adequação do ambiente, pois todas as ferramentas necessárias à contratação do objeto deste Estudo Preliminar já estão disponíveis na Instituição.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e /ou no edital como requisito previsto em lei especial.

De acordo com o artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010, os produtos não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998 e Resolução CONAMA nº 267, de 14 de novembro de 2000, alterada pela Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio-SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º, da Resolução CONAMA nº 267, de 14 de novembro de 2000.

LEGISLAÇÃO E PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES - AGU

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

- Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013 (Regulamentar o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelecer sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF-AIDA), e definir os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.)

PORTARIA Nº 736, DE 26 DE MARÇO DE 2021 - Institui a Orientação Técnica Normativa, sobre o enquadramento da atividade de comercialização de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) no CTF/APP.

Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

- A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos, quanto a:
 - dispor de meios técnicos e operacionais adequados para o atendimento da respectiva etapa do processo de gerenciamento dos resíduos sob sua responsabilidade, observadas as normas e outros critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente;
 - apresentar, quando da concessão ou renovação do licenciamento ambiental, as demonstrações financeiras do último exercício social, a certidão negativa de falência, bem como a estimativa de custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos, ficando resguardado o sigilo das informações apresentadas.
- As pessoas jurídicas geradoras e/ou operadoras de resíduos perigosos, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013, são obrigadas a cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.
- Isso significa que a inscrição no CTF/APP representa a inscrição automática no CNORP.
- A inscrição no CNORP engloba:
 - a inscrição prévia do gerador ou operador de resíduos perigosos no Cadastro Técnico Federal;
 - a indicação do responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado;
 - a prestação anual de informações sobre a geração, a coleta, o transporte, o transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos.

Essas informações são prestadas por meio do Relatório Anual de Atividades, previsto no Art. 17-C, § 1º.

- As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos também são obrigadas a:
 - elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;
 - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
 - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.
- É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se viável a contratação de fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para atendimento das necessidades do refeitório do campus, considerando os estudos técnicos preliminares realizados e o levantamento de soluções disponíveis no mercado.

A solução pretendida mostrou-se adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo de forma satisfatória à necessidade administrativa de fornecimento contínuo de combustível para preparo de refeições destinadas à comunidade acadêmica.

Verificou-se que o mercado possui fornecedores em quantidade suficiente para garantir competitividade ao certame, bem como capacidade de atendimento da demanda institucional, observadas as normas técnicas e regulamentações aplicáveis ao fornecimento de GLP.

A contratação apresenta viabilidade técnica em razão da compatibilidade com a infraestrutura existente no campus, não demandando alterações estruturais significativas para sua execução. Ademais, a solução escolhida demonstra-se operacionalmente eficiente, assegurando continuidade das atividades do refeitório e minimização de riscos de desabastecimento.

Sob o aspecto econômico, a contratação revela-se vantajosa para a Administração, considerando o custo-benefício da solução adotada em comparação às demais alternativas analisadas, além da ampla utilização do GLP em cozinhas industriais e refeitórios institucionais.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação, por atender ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDNA DE SOUZA COSTA

Membro da comissão de contratação

GISLANE DE OLIVEIRA COSTA SIMOES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 08:47:34.

MARCELO LEITE PEREIRA

Autoridade competente

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar

Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Assinado por: Edna Costa
Tipo do Documento: Diversos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Edna de Souza Costa, CHEFE DE NUCLEO - FG2 - BJL-LICITA** em 21/05/2026 09:47:01.

Este documento foi armazenado no SUAP em 21/05/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1322616

Código de Autenticação: bb5dade400

